

SEXUALIDAD: Diálogos con Estudiantes de Pregrado

Márcia de Oliveira Menezes

marciaomenezes14@gmail.com

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil

Recibido: 11/09/2018 **Aceptado:** 31/10/2018

Resumen

La sexualidad está presente en la vida de las personas desde el nacimiento. Está construida culturalmente y su discusión en espacios educativos se considera oportuna. Este trabajo presenta la experiencia de desarrollo de la Asignatura obligatoria "Estudios Temáticos en Sexualidad", incluida en el Plan de Estudios correspondiente a la Licenciatura en Ciencias Biológicas de la Universidad Estatal del Suroeste de Bahía, campus de Vitória da Conquista, Bahía, Brasil. En ella son tratados -en el espacio escolar- temas relacionados con la sexualidad. Debido al semestre durante el cual ella es ofrecida, los créditos correspondientes a las Prácticas, se complementan con actividades desarrolladas por los estudiantes en las aulas de clase dentro de la universidad, estimulando la discusión, el debate y la investigación. Después de estudio de las teorías, se presentan los temas a ser trabajados en parejas. Entre los que son discutidos con mayor énfasis están: los problemas de género en la escuela, el aborto, la sexualidad y la inclusión de las personas con discapacidad. Los resultados muestran que la discusión de temas relacionados con la sexualidad es pertinente y, cuando es realizada en forma oportuna, el debate ocurre de manera amplia. También se confirma la importancia de esta asignatura en la formación en la formación de los futuros docentes.

Palabras clave: Actividades, Estudios de Postgrado, Sexualidad.

SEXUALITY: Dialogue with undergraduate students

Abstract

Sexuality is present in people's lives from birth. It is culturally constructed and its discussion in educational spaces should be opportunistic. This job presents the experience of development of the compulsory subject Thematic Studies in Sexuality in the course of Licenciatura in Biological Sciences of the State University of the Southwest of Bahia, campus of Vitória da Conquista, Ba. It is characterized as a discipline that discusses topics related to sexuality and allows the development of these themes in the school space. Due to the half-year in which it is offered, the internship credits are contemplated with activities, elaborated by the students and developed in the own classroom in the university, stimulating discussion, debate and research. After the theoretical studies, topics were presented for work in pairs, among them we will discuss with greater emphasis, gender issues in school, abortion, sexuality and inclusion of the disabled. The results show that the discussion of themes involving sexuality is pertinent and, when opportunistic, the debate happens in a broad way, as well as the importance of the discipline for the reflection of future teachers.

Keywords: Activities, Teaching, University graduate, Sexuality.

SEXUALIDADE:Diálogo com alunos da graduação

Resumo

A sexualidade está presente na vida das pessoas desde o nascimento. É culturalmente construída e sua discussão em espaços educacionais é considerada oportuna. Este artigo apresenta a experiência de desenvolvimento da disciplina obrigatória "Estudos Temáticos em Sexualidade", incluída no currículo da licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Nela são tratados - no espaço escolar - assuntos relacionados à sexualidade. Devido ao período durante o qual é oferecida, os créditos correspondentes ao Estágio são complementados com atividades desenvolvidas pelos alunos nas salas de aula da universidade, estimulando a discussão, o debate e a pesquisa. Depois de estudar as teorias, os tópicos a serem trabalhados em pares são apresentados. Entre os que são discutidos com maior ênfase estão: os problemas de gênero na escola, o aborto, a sexualidade e a inclusão de pessoas com deficiência. Os resultados mostram que a discussão de questões relacionadas à sexualidade é pertinente e, quando realizada no momento adequado, o debate ocorre de forma ampla. A importância deste assunto para a formação dos futuros professores, também é confirmada.

Palavras Chave: Atividades, Pos-Graduação, Sexualidade

Introdução

As políticas públicas, muitas vezes, têm relacionado a qualidade da educação brasileira a má formação de professores. A interação entre a pessoa e suas experiências individuais e profissionais constitui a identidade docente, circundadas de reflexões e ações que direcionam o professor a uma formação inicial, bastante específica, entretanto, estabelece relações com o caminhar docente. A identidade profissional é a forma como os docentes definem a si mesmos e aos outros, então, essa reflexão é imprescindível, importante e necessária, porque por meio de nossa identidade que nos percebemos.

Para Lasky (2005), essa identidade é uma construção do “si mesmo” profissional que evolui ao longo da carreira docente e que pode achar-se influenciado pela escola, pelas reformas e pelos contextos políticos. Na construção da identidade docente, influenciada pela família e seus valores e crenças e mais tarde pela escola, sempre deparei com a sexualidade, na família, como um tabu, algo proibido e na escola, nas atitudes, nas falas, no comportamento, tanto dos colegas professores quanto dos discentes, na gestão escolar, na coordenação pedagógica. Muitas atitudes que presenciei, pertinentes à manifestação da sexualidade, me instigaram e possibilitaram reflexões, ora perplexas, ora coniventes.

Na universidade, deparei com a disciplina Estudos Temáticos em Sexualidade, oferecida a alunos da licenciatura em ciências biológicas, como parte da formação inicial de futuros educadores. Imediatamente fui tomada por memórias (como aluna e professora) da educação

básica e pensei no tamanho da responsabilidade em discutir sexualidade com aluno da graduação.

Naquele momento buscamos aos clássicos do filósofo, historiador e escritor Michel Foucault, história da sexualidade I, II e III, para entendermos como o dispositivo da sexualidade é apresentado. Foucault (1993) afirma que nas sociedades ocidentais, durante séculos, se ligou o sexo a busca da verdade, sobretudo a partir do cristianismo. Para ele, o sexo, nas sociedades cristãs, tornou-se algo que era preciso examinar, vigiar, confessar e transformar em discurso. Podia-se falar de sexualidade, mas somente para proibi-la.

Em seus estudos, o autor propõe fazer a história política de uma produção de verdades. Dizia que vivemos em uma sociedade que produz discursos tidos como verdades. Essa produção de “discursos verdadeiros” resulta na formação de poderes específicos. Assim, sustenta que as “verdades” produzidas em relação a sexualidade tornou-se um problema no Ocidente, uma vez que levaram a repressão sexual (RIBEIRO, 1999).

Então, essa discussão remete a reflexões no âmbito da educação, como afirma Edgard Morin (2009), “existe sempre um desafio maior a ser enfrentado, caso realmente se queira preparar a juventude para construir o seu próprio destino e dar conta de viver/conviver neste século XXI”.

De um lado as verdades construídas e consolidadas apresentadas por Foucault sobre a sexualidade e de outro a responsabilidade de preparar jovens para construir o seu próprio destino destacado por Morin corroboram com a urgência na implantação e discussão de diversas temáticas nos espaços educativos formais e não formais.

Nesse contexto, estar a sexualidade e, devido a globalização e os avanços tecnológicos, as informações são acessadas em grande velocidade, o que muitas vezes, não dá conta de esclarecer corretamente as dúvidas dos jovens, apesar de viver na sociedade da informação.

A orientação sexual é um assunto de extrema importância, pois informações adequadas influenciam o jovem em diversas decisões e auxiliam no desenvolvimento da responsabilidade com sua própria sexualidade e a escola é o lugar formal onde acontece a educação, é a instituição social no qual o indivíduo passa grande parte de sua vida, portanto, promove meios para contatos interpessoais (JARDIM; BRÊTAS, 2006). Portanto a escola deve contribuir para o desenvolvimento de uma Educação Sexual que oportunize o adolescente compromisso para com sua própria sexualidade.

De acordo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) a sexualidade deve ser abordada nas escolas como tema transversal, perpassando por todas as áreas do conhecimento (BRASIL, 1996). O documento sugere que seja o professor o profissional indicado para assumir o papel de orientador sexual na escola, pois eles desempenham um papel importante para intervir e informar os estudantes sobre assuntos relacionados a sexualidade, contribuindo assim para evitar problemas como doenças sexualmente transmissíveis, gravidez na adolescência, abuso sexual, entre outros que estão presentes de forma bastante significativa na atualidade (BRASIL, 1998).

O Censo de 2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou que 67 em cada mil mulheres na faixa etária de 15 a 19 anos engravidaram no Brasil. As mulheres com maior escolaridade (8 anos ou mais) tinham em média, 1,7 filhos e as com menos de 4 anos de estudo tinham 3,7 filhos. Essa influência da escolaridade na fecundidade é observada em todas as regiões do País. (BRASIL, 2010). Os dados apontam a importância da orientação sexual, principalmente nas faixas de idade que deveriam estar destinadas à educação básica. Somente através de uma abordagem de alerta aos alunos gerará a responsabilidade dos mesmos e consequentemente o decréscimo no índice de gravidez na adolescência.

O advento da AIDS na década de 1980 e o aumento no índice da gravidez na adolescência foram responsáveis pela preocupação com a sexualidade dos jovens e a inserção da temática na escola. Assim, a responsabilidade da escola atrelada ao papel do professor nesta tarefa é imprescindível para elaboração e discussão de temas relacionados à sexualidade.

Nesse contexto, é necessário entender que a sexualidade envolve a afetividade, o carinho, o prazer, o sexo, o amor ou o sentimento mútuo de bem querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade. Além disso, os valores e as normas morais que cada cultura elabora sobre o comportamento sexual também estão envolvidos (FIGUEIRÓ, 2009). Muitos professores de acordo Figueiró (2009, p.2), “reconhecem a necessidade e importância da inserção da Educação Sexual no processo formativo dos alunos”, entretanto, eles se preocupam e muitas vezes “sentem-se inseguros e temerosos” em abordar temas relacionados a sexualidade.

A influência da formação que os professores receberam nas instituições de ensino interfere provavelmente na abordagem utilizada por eles para inserção da temática nas escolas. Sobre isso, Figueiró (2009, p.6), infere que “a sexualidade é uma das questões que mais tem

apresentado dificuldades, problemas e desafios aos educadores, no seu trabalho cotidiano de ensinar”.

O ensino da sexualidade não deve limitar-se à aula expositiva, embora, em vários momentos, ela pode fazer-se necessária, pois há conteúdos básicos que requerem explanação teórica por parte do professor, entretanto, é preciso utilizar de metodologias diversificadas que oportunize e estimule o aluno a discutir, expor sua opinião e conquistar um ambiente propício para o tema com respeito e confiança entre os envolvidos no processo ensino aprendizagem.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivenciada na disciplina Estudos Temáticos em Sexualidade, oferecida no 2º semestre do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista.

Referencial Teórico

A vida humana é constituída de muitas dimensões e necessidades e a sexualidade é uma dessas dimensões que está presente em todas as etapas da vida. Envolve fenômenos relacionados ao desejo, à satisfação, ao prazer, aos sentimentos e emoções, à afetividade, ao exercício da liberdade e da saúde. É um aspecto central do ser humano que está presente do início ao fim da vida (BRASIL, 2006).

O conceito de sexualidade frequentemente é relacionado ao sexo e seus órgãos genitais, apesar de ser uma das importantes extensões da sexualidade, o sexo refere-se a marca biológica dos seres vivos, estando relacionado apenas à dimensão procriativa, enquanto a sexualidade é um termo mais abrangente e específico que acena a uma qualidade biológica do sexo atribuída apenas aos seres humanos (AMARAL, 2007; LOURO, 1997).

Para Louro (1997) a sexualidade é um assunto privado e com dimensão social, suas manifestações dependem de inúmeros fatores que são desenvolvidos na sociedade. Segundo Foucault (1998) a sexualidade é um mecanismo histórico, conjunto de valores e regras que são transmitidas por vários indivíduos no decorrer da vida, discursos que estabelecem normas e condutas.

Os conceitos de sexualidade humana direcionam para questões sociais, pois influenciam e são influenciados pelos diferentes contextos históricos. Assim, é importante conceituá-la, pois na sociedade contemporânea é comum atrelar a sexualidade à prática do sexo (BRASIL, 1998).

O sexo pode definir como o ato de reproduzir do ser humano e a sexualidade como um entrelaçado de aspectos "psicológicos, normas e condutas culturais", que vão além do ato sexual. Afinal, somos biopsicossociais. E, desta forma, a sexualidade inicia-se na fase em que os indivíduos buscam respostas ligadas às discrepâncias anatômicas e comportamentais femininas e masculinas. Estas respostas principalmente, na adolescência, são encontradas de forma distorcida na mídia. Cabe aos pais e professores orientar essas crianças e adolescentes, de forma que estes construam um pensamento crítico e venham a exercer suas vidas sexuais (MEC, 1994).

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS) a sexualidade é uma necessidade e um aspecto do ser humano que não podem ser separados de outros aspectos, é uma realidade multidimensional que consiste de um processo biologicamente conduzido, mas tem sua expressão em parte, definida culturalmente (RIBEIRO, 2004).

Por ser determinada culturalmente a sexualidade está associada aos valores que cada cultura atribui a sua prática, de forma que diferentes povos têm diferentes modos de exercê-la com mais ou menos liberdade, mas sempre está regida por regras de moralidade e de ética próprias (BRASIL, 2010). No entanto, o Ministério da Saúde ressalta que a sexualidade por ser uma construção histórica, cultural e social, se transforma conforme mudam as relações sociais (BRASIL, 2006). Atualmente, a atividade sexual já é vista por alguns de forma natural e aceita pela sociedade, amplamente divulgada pela mídia, porém muitas vezes exercida de forma irresponsável expondo as pessoas a vários riscos (BECKER, 2011).

O Ministério da Saúde também esclarece que, considerando a sexualidade como inerente a vida humana o ideal seria que o tema fosse conversado abertamente para que todos exercessem de forma responsável e que tivessem consciência de seus direitos sexuais e reprodutivos para viver a sexualidade de forma plena (BRASIL, 2010).

Segundo Figueiró (2009), discussões a respeito da sexualidade tiveram início na antiguidade. A divisão social e sexual de papéis para homens e mulheres delimitava a busca pelo conhecimento sobre tal temática, as mulheres estavam submissas aos seus maridos. A partir da década de 1920, movimentos feministas lutaram por direitos feministas. Na década de 1940, com a Revolução Industrial, ainda de forma tímida, a inserção de mulheres no mercado de trabalho é iniciada, fomentando assim a busca por direitos feministas.

Segundo Cano e Ferriane (2000) na década de 1950 os assuntos relacionados a educação sexual eram marcados por interferência das moralidades religiosas e proibidos, reprimiam as pessoas para exercerem sua sexualidade exclusivamente após ao casamento e para fins procriativos.

Entretanto, já nos anos de 1960 ocorreram mudanças significativas nos comportamentos morais, culturais, as mulheres lutavam por seus direitos contra o machismo, os indivíduos mudaram suas normas e condutas, desse modo surgiu novas visões sobre a sexualidade, o assunto já começava a ser comentado nos meios de comunicação, mas o tema ainda apresenta tabus e preconceitos (PINTO, 2009).

Na década de 1980, a sexualidade passou a ser abordada devido aos problemas sociais como as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), gravidez indesejada e o advento da Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS), bem como o aumento do número de gravidez indesejada na adolescência. Naquele momento, com os inúmeros avanços políticos, tecnológicos e científicos, a sociedade começou a preocupar-se com as questões relacionadas a sexualidade, inclusive para o desenvolvimento integral do indivíduo e como um problema de Estado (RIBEIRO, 2004).

Já no século XX a partir da década de 1990 foram formuladas políticas para responder questões referentes as desigualdades de gênero e de sexualidade. “O Brasil sofreu pressão internacional para incluir essas temáticas nos documentos oficiais”, assinando todos os documentos com todos os países que fomentavam discussões relacionadas ao gênero e a sexualidade, “assumindo o compromisso de dirimir as desigualdades e as discriminações no tocante a essas temáticas” (LIMA, 2012, p.5).

Segundo Foucault antes do século XVII a sexualidade era vivenciada como algo não ilícito sem tabus e normas, se comparado com o século XIX. A partir do surgimento do capitalismo e a ordem burguesa no século XVII seria o início de uma época de repressão, de censura aos assuntos relacionados a sexualidade, devido a discursos principalmente das pastorais religiosas que visavam normas e condutas ao exercício da sexualidade, discursos que aceleravam a partir do século XVIII, entretanto, havia uma preocupação em formular sobre a sexualidade um discurso que não fosse unicamente o da moral, mas também com a necessidade de analisar as taxas de natalidade das populações, a temática sobre o sexo particularmente dos adolescentes em geral é vista como um problema público (FOUCAULT, 1999).

A homossexualidade é vista por Foucault (1999) como um dispositivo que apresenta comportamentos diferenciados aos padrões pré-estabelecidos pela sociedade, que caracterizava os comportamentos homo afetivos como algo patológico. Em seu livro “o uso dos prazeres” o autor busca questionar a subjetividade, desse modo faz se necessário refletir sobre as decisões pessoais de cada indivíduo sem distinção do que é certo ou errado (FOUCAULT, 1998).

No Brasil, aspectos diversos influenciaram e demarcaram a sexualidade em determinados momentos históricos, culminando na discussão e implantação da temática em documentos oficiais, principalmente a nível educacional.

Na década de 1920 havia reivindicações para inclusão da Educação Sexual (ES) nos currículos escolares brasileiros, sendo que esta objetivava a proteção à infância e à maturidade. A ES nas escolas é aprovada em um Congresso Nacional de Professores e Educadores objetivando a formação de educandos, jovens e adolescentes, o que ocorreu em 1928.

Em 1948, a elaboração da Declaração dos Direitos Humanos pela ONU se tornou um marco na promoção dos direitos humanos no mundo, procurava verificar nas políticas públicas brasileiras a sua influência no que diz respeito ao desenvolvimento de ações para reduzir a violência e discriminação contra a população de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT), defendia direitos fundamentais ao ser humano, proporcionando, também, discussões a respeito da sexualidade (LIMA, 2012).

A autora ainda infere que a inserção da perspectiva de ES nas Políticas Públicas ocorre de forma lenta e em 1968 a deputada Júlia Steimbruck criou um Projeto de Lei que objetivou estabelecer a obrigatoriedade da ES nas escolas, possibilitando uma relação mútua entre sexualidade e educação e em 1970 ainda tramitava no Congresso quando foi descartado pelo parecer da Comissão Nacional de Moral e Civismo.

Na década de 1970 a discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas de ensino fundamental e médio se energizavam eventualmente devido às mudanças comportamentais dos jovens dos anos 1960 e dos movimentos feministas. Uma das questões que influenciou essa discussão foi que naquele período, pessoas homo afetivas se destacaram devido ao contágio da AIDS ser considerado alarmante neste grupo.

No século XX a partir da década de 1990 foram formuladas políticas para responder questões referentes às desigualdades de gênero e de sexualidade. O Brasil sofreu pressão internacional para incluir essas temáticas nos documentos oficiais e assinou todos os

documentos com todos os países que fomentavam discussões relacionadas ao gênero e a sexualidade, com o compromisso de suprimir as desigualdades e as discriminações referentes a essas temáticas (LIMA, 2011, p.5).

Essas discussões foram fundamentadas em alguns documentos internacionais, como: Declaração Mundial sobre Educação para Todos; O Projeto Educação para Todos que ocorreram na Tailândia e no Senegal, respectivamente.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96 assegura no Art. 2º que,

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania [...] (LDB, Art. 2º)

E continua no Art. 3º apresentando os princípios “respeito à liberdade e apreço à tolerância” em que o ensino deverá se basear.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados em 1997, trazem a abordagem sexualidade sob o nome Orientação Sexual (OS) como tema transversal, portanto, permeia todas as áreas do conhecimento. Nesse documento, o tema é organizado em três eixos, sendo eles Corpo: matriz da sexualidade; Relações de Gênero; Doenças Sexualmente Transmissíveis/Aids. O primeiro eixo define o organismo, baseando-se nas estruturas anatômicas biológicas dos seres humanos, além disso, explana as questões subjetivas relacionadas à funcionalidade dos organismos e a vivência humana com percepção psicológica e social. O segundo diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. E, por fim, o último eixo aborda questões relacionadas à saúde sexual dos indivíduos (BRASIL, 1997).

Nos PCN a sexualidade é entendida como algo inerente, necessário e fonte de prazer na vida e está presente nos diversos comportamentos apresentados pelos indivíduos em diferentes etapas da vida humana (BRASIL, 1997).

A sexualidade deve ser observada desde o projeto pedagógico e desenvolvida no currículo escolar, a orientação sexual deve ser um trabalho contínuo e sistemático.

Entretanto, os PCN direcionam e acentuam a necessidade de uma discussão permanente e atualizada, com relação ao ensino fundamental, sobre seus objetivos, propostas, conteúdos eleitos, etc.; entretanto, Tonatto e Sapiro (2002, p. 172), destacam que “as modificações, quando

realizadas, são elaboradas localmente por cada equipe de cada escola dentro do seu contexto de vida”

O Referencial Curricular para a Educação Infantil foi também um documento importante, publicado pelo MEC em 1998 e apresenta três volumes. No volume dois apresenta o tema formação pessoal e social que direcionam para questões pertinentes a construção de vínculos, de identidades, de autonomia, de autoestima, valorização da diversidade, conhecimento do corpo, sexualidade e gênero (LIMA, 2012); (BRASIL, 1998).

Em 2000, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) apresenta no final da parte de Ciências Humanas e suas tecnologias a possibilidade de desenvolvimento de outras áreas como Direito, Economia e Psicologia e nesta última sugere que:

[...] na construção da identidade dos jovens estudantes, [...] questionando o censo comum, podem contribuir para uma reflexão e melhor compreensão de sua inserção no mundo, relativizando um suposto caráter a histórico e único da adolescência, desconstruindo um certo determinismo em relação a papéis sociais a serem desempenhados, frente à escola, ao trabalho, à sexualidade, à autoridade, à relação familiar e aos grupos com que interagem (BRASIL, 2000, p.66).

Assim, percebe-se que os documentos educacionais inserem a temática e sugerem eixos norteadores para o trabalho na educação infantil, no ensino fundamental e médio, pois nesses documentos, a sexualidade é entendida como “algo inerente, necessário e fonte de prazer na vida”, bem como “um invariante histórico”, na medida em que transcorrem todas as culturas, ainda que se manifeste nestas de diferentes formas (BRASIL, 1998; ALTMANN, 2001, p. 580).

A compreensão das questões pertinentes à sexualidade está presente tanto nos documentos oficiais quanto nos currículos escolares e é sugerida pelos PCN que dá autonomia aos próprios estabelecimentos de ensino para decidirem a forma de abordagem a esta temática (MENEZES, 2014); (BRASIL, 1998).

A educação tem como missão transmitir conhecimentos sobre a diversidade da cultura humana e oportunizar as pessoas a tomarem consciência das semelhanças e interdependência entre todos os seres humanos e com base nos PCN (BRASIL 1997, p. 128), “será por meio do diálogo, da reflexão e da possibilidade de reconstruir as informações, pautando-se sempre pelo respeito a si próprio e ao outro”.

Então, o ambiente escolar se constitui como um espaço importante para que a Educação Sexual deixe de ser colocada de forma fragmentada. Falta à escola propor em seu projeto político pedagógico, um currículo que permita discutir com os alunos o lado subjetivo da sexualidade descolada dos condicionantes econômicos, culturais, sociais, políticos e históricos que variam de acordo com a faixa etária, a cultura, a região e os fatos contemporâneos veiculados pela mídia ou vividos por uma determinada comunidade (LIMA, 2012).

A inclusão da Educação Sexual nos currículos escolares brasileiros teve início na década de 1920, objetivando apenas a proteção à infância e a maturidade. A aprovação nas escolas ocorreu através da mobilização do Congresso Nacional de Professores, reivindicando a formação de educandos, jovens e adolescentes. Sendo estas iniciativas impulsionadas por diversos segmentos sociais, inclusive as feministas (LIMA, 2012).

Cabe à escola desenvolver a ação crítica e reflexiva para o trabalho com a ES. Nessa perspectiva, os PCN ressaltam que o objetivo da escola é informar e discutir os tabus, preconceitos, crenças e atitudes que existam na sociedade. Neste sentido, a educação sexual deve ser tratada de forma coletiva (BRASIL, 1998).

Orientar o aluno para desenvolver sua sexualidade não é fácil, é um processo delicado e envolve aspectos sociais, culturais, psicológicos e de saúde, indiscutivelmente exige o acompanhamento familiar junto às ações desenvolvidas na escola para abordar a temática (FIGUEIRÓ, 2009).

De acordo Martelli (2012), a educação sexual ainda é explicada de forma fragmentada e sugere que deve ser observada desde o Projeto Pedagógico (PP) da escola, inserida no currículo e, abordada a orientação sexual de forma contínua e sistemática.

Para Figueiró (2004), no ambiente escolar, acima de tudo, deve avançar além da mera informação, atuando de forma a garantir uma transformação no processo de ES, abrangente e construtivista, transformando a visão de mundo dos educandos, fazendo-os observar a sexualidade de forma positiva, capaz de desenvolver uma reflexão crítica acerca do tema.

O conhecimento da própria sexualidade promove a saúde do corpo. Logo, a família e a escola devem instruir os jovens na busca de tal conhecimento, corrigindo conceitos errôneos e preconceituosos transmitidos pela mídia. Além disso, a escola deve buscar implantar um currículo multicultural no processo de ensino e aprendizado, pois só assim a tendência

educacional homogeneizadora, fragmentada e reducionista será transformada em uma educação antidiscriminatória, portanto libertadora, almejada por Paulo Freire (LIMA,2011).

Embora seja um assunto relevante para a sociedade, os aspectos relacionados à sexualidade ainda são tratados sob a ótica unicamente biológica, explicada pelos professores de ciências e biologia e não de forma transversal.

A discussão a respeito da sexualidade ainda é carregada de tabus e preconceitos no cotidiano escolar. Isso se deve, em parte pela formação inadequada de professores, que não são questionados e não questionam a importância do desenvolvimento da sexualidade.

A sociedade, de forma geral, na contemporaneidade, negocia o corpo e vulgariza o sexo, tornando-os banalizados, a sexualidade representa um conjunto de reflexões, sentimentos e atitudes em que todos são submetidos, muitas vezes sem perceberem a um enquadramento sexual determinado pelas estruturas sociais. Nesta perspectiva, os educadores necessitam compreenderem o significado que dão a sua corporeidade como uma preocupação obrigatória, nas reflexões sobre educação (MATTOS, FERREIRA, JABUR, s/d).

A sexualidade apresenta problemas e desafios aos educadores, no trabalho cotidiano de ensinar, pois é possível perceber uma forte instigação ao sexo e um rompimento com os valores sexuais e morais estabelecidos.

Para os autores Mattos, Ferreira e Jabur (s/d), “essas transformações vêm afetando a vida das pessoas e conseqüentemente, afeta também as interações sociais entre elas”, especialmente, “a dinâmica da relação professor-aluno” (MATTOS, FERREIRA, JABUR, s/d, p.46 e 47).

Os professores devem conceber a:

[...] educação sexual como um caminho para preparar o educando para viver a sexualidade de forma positiva, saudável e feliz e, sobretudo, para formá-lo como cidadão consciente, crítico e engajado nas transformações de todas as questões sociais, ligadas diretamente ou indiretamente à sexualidade (FIGUEIRÓ, 2004, p. 119).

Na perspectiva dos PCN a postura do educador deve reconhecer como legítimo e lícito, tanto pelas crianças quanto pelos adolescentes, a busca do prazer e as curiosidades manifestadas em torno da sexualidade uma vez que fazem parte integrante do seu processo de desenvolvimento (BRASIL, 1998).

Neste sentido, Silva (s/d) após amplo trabalho desenvolvido na rede municipal de ensino em Campinas, no final da década de 80 e início dos anos 90, com adolescentes, professores e pais, ressaltou “é preciso que profissionais se interessem por desenvolver trabalhos

significativos nessa área”, pois, segundo o autor percebe-se durante a realização do trabalho que “há uma grande necessidade de os adolescentes e responsáveis se sentarem para conversar sobre o que é comum a todos, a sexualidade”.

Além disso, o autor constatou, a partir da curiosidade dos alunos, uma infinidade de temas a serem trabalhados e os relacionaram as séries do ensino fundamental, a saber: sexto ano(masturbação, gravidez e mudanças no corpo); sétimo ano(gravidez, paquera, namoro, timidez, métodos anticoncepcionais e doenças sexualmente transmissíveis); oitavo ano (doenças sexualmente transmissíveis, aborto, drogas, papéis sexuais, intimidade no namoro, etc.); nono ano (drogas, família, namoro, relação sexual no namoro).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental de ciências apontam como objetivo geral, entre outros, a abordagem da temática ES dentro e entre todas as áreas disciplinares. Nesse sentido, os PCN se propõem a apresentar materiais de apoio viabilizando desenvolvimento das práticas, estudos e reflexões por parte dos professores, pois consideram que:

[...]toda atividade de sala de aula é única, acontece em tempo e espaço socialmente determinados; envolve professores e estudantes que têm particularidades quanto a necessidades, interesses e histórias de vida. Assim, os materiais de apoio ao currículo e ao professor cumprem seu papel quando é fonte de sugestões e ajudam os educadores a questionarem ou a certificarem suas práticas, contribuindo para tornar o conhecimento científico significativo para os estudantes (BRASIL, 1998).

Em relação aos educadores, Figueiró (2006) relata que[...] “a atuação como educador sexual não é tão simples como possa parecer” [...] e que não basta ter recebido uma “preparação” prévia para alguns. A autora ainda acrescenta que:

[...] “quando o educador tenta dar início a uma prática, vários fatores dificultadores entram em jogo ao que parece, a maioria deles de caráter emocional, mesmo quando a dificuldade parece ser apenas técnica, relacionada à escolha de estratégias de ensino” [...] (FIGUEIRÓ, 2006, p.27- 28).

Nesta perspectiva, Menezes (2014) destaca que a necessidade de inserção e/ou continuidade desta temática no ambiente escolar é urgente e desafiadora porque não se trata de uma tarefa fácil, muito menos simples, uma vez que envolve tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade.

A autora ainda acrescenta que o professor deve adaptar à realidade da sua escola as atividades que pretende desenvolver no trabalho com a temática e sugere alguns cuidados que o professor ou educador sexual deva considerar antes do trabalho a ser desenvolvido. Dentre eles,

i) o educador deve conhecer como legítimo e lícito, por parte dos jovens, a busca do prazer e as curiosidades manifestas acerca da sexualidade; ii) entrar em contato com as questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas da sexualidade e suas diferentes abordagens; iii) ter discernimento para não transmitir seus valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdades absolutas; iv) estabelecer uma relação de confiança entre alunos e professor; v) respeitar a opinião de cada aluno e, ao mesmo tempo, garantir o respeito e a participação de todos no trabalho proposto.

Contudo, para um profissional que deseja atuar na área da educação sexual é necessário que possua facilidade de lidar com o tema, pois as características indispensáveis e impossíveis de serem treinadas diz respeito a sensibilidade, escuta aos problemas, inspira confiança e deixa o aluno a vontade como inferem Mattos, Ferreira e Jabur (s/d).

Assim, Figueiró (2004) destaca que não deve reduzir educação sexual apenas aos profissionais com características prévias, mas a todos os professores para despertar neles sensibilidade e segurança e destaca que é um desafio também das universidades, pois segundo os PCN (1998) se faz necessário a participação de todos no ensino da sexualidade, tanto na formação inicial como na formação continuada, estando alicerçadas no crescimento pessoal.

Para que essa formação aconteça de forma plena, buscamos as contribuições de Almeida e Moraes (2012), que muito se aplica a sexualidade,

“[...] é preciso integrar pensamento, sentimento, educação, aprendizagem e vida, dando o devido destaque aos saberes decorrentes das experiências vividas, lembrando que cada indivíduo traz consigo a singularidade de suas experiências, de suas histórias vividas”.

Material e Métodos

O trabalho apresentado refere a disciplina Estudos Temáticos em Sexualidade, oferecida no 2º semestre do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista –Ba. A disciplina tem carga horária de 60 horas com um crédito teórico (15h) e um crédito de estágio (45h).

Assim, o trabalho proposto foi apresentado aos alunos por meio do plano analítico da referida disciplina, seguido de um cronograma com as atividades a serem trabalhadas no semestre letivo 2017.2 que ocorreu no 1º semestre do ano de 2018.

A ementa da referida disciplina, dentre outros aspectos, envolve uma reflexão do ser humano enquanto sujeito biopsicossocial; indica discussões acerca da identidade, papéis e orientação sexual. Além de propostas de execução de trabalhos na educação sexual.

Considerando a necessidade da discussão da temática, o trabalho foi organizado em três etapas, a primeira com estudos e discussões de artigos, capítulos de livros, legislação brasileira para apropriar-se de um referencial teórico. No segundo momento, os alunos, em duplas, visitam os Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) da cidade de Vitória da Conquista para conhecer o trabalho desenvolvido e a demanda atendida no que refere as questões que envolvem a sexualidade e finalizando foi desenvolvido trabalhos em grupo para atender os temas destacados a seguir: DST e métodos contraceptivos; iniciação sexual; ficar e namoro; aborto; gravidez na adolescência; homossexualidade; masturbação; abuso e violência sexual; adolescência com ênfase nas mudanças do corpo; identidade, sexualidade e gênero na escola e inclusão do deficiente e a sexualidade.

Resultados e Discussão

Os resultados apresentam o trabalho desenvolvido de forma breve e destaca a descrição de três dos temas trabalhados (identidade, sexualidade e gênero na escola; inclusão do deficiente e a sexualidade; aborto) de forma mais ampla, durante o desenvolvimento da disciplina.

DST e métodos contraceptivos – temática apresentada por dois alunos que utilizaram slides para explicar algumas DST, apresentando o tipo, diagnóstico, tratamento e algumas imagens. Destacou o tema de forma bastante simples e não possibilitou discussão e envolvimento da turma. Podemos afirmar que de acordo os teóricos, essa forma apenas biológica de apresentar as DST, muitas vezes pode estar associada ao entendimento de que a sexualidade refere apenas á prática do sexo.

Iniciação sexual – o grupo de alunos enfatizou a responsabilidade para iniciar a vida sexual, destacando que essa decisão é da pessoa e não da igreja ou da família, entretanto, possibilitou discussões necessárias na família, na igreja e no ambiente escolar. Apresentou imagens de carinho e beijo entre homossexuais e heterossexuais, embora não explorou essa questão, porém, destacou a sociedade contemporânea para apresentar o tema. Essa discussão é importante porque esclarece que a própria pessoa é quem decide quando iniciará a vida sexual e não a família ou a religião.

Ficar e namoro – considerando essas formas de relacionar com o outro, o grupo apresentou slides esclarecendo cada um dos termos utilizados e os pontos positivos e negativos que os envolve. Promoveu questionamentos que motivou e evoluiu a turma na discussão e muitos expressaram suas opiniões. Na atualidade o ficar estar na vida dos jovens e muitas vezes ocorrem á prática sexual momentânea que pode ocasionar problemas futuros. Por outro lado, há namoros que inicia a partir do ficar.

Gravidez na adolescência – o grupo iniciou com apresentação de um vídeo sobre a temática e relatos de adolescentes que engravidaram e evadiram a escola. Explicaram a ação sobre o corpo e apresentaram dados atualizados sobre o número de adolescentes que engravidam no Brasil, promoveram reflexões sobre problemas sociais, afetivos e dos riscos que envolvem adolescentes que engravidam e a idade que ocorre. Nessa discussão, o ser pai na adolescência também foi abordado, pois esse passa por transformações sociais e econômicas e grande responsabilidade sobre o novo ser.

Masturbação – apresentou um histórico sobre a masturbação a partir do século XX, destacando a repressão, desaprovação e privacidade. Em seguida discutiu o tema com perguntas direcionadas a turma em forma de um jogo, inclusive relacionando mitos existentes sobre o tema.

Abuso e violência sexual – um grupo apresentou os termos e as diferenças que os distinguem, relacionou ao trabalho desenvolvido anteriormente no CRAS e destacou dados da cidade com enfoque nas idades e nos relatos colhidos com alguns setores específicos. Apresentou ainda a necessidade de trabalhar afetividade na educação infantil. Essa temática despertou sensibilização e revolta com os casos reais apresentados, principalmente pelas alunas que já são mães.

Adolescência com ênfase nas mudanças do corpo – apresentou slides, vídeos e imagens destacando as mudanças no corpo e as questões emocionais que envolve a adolescência. Utilizou caixa de perguntas e músicas para destacar questões abordadas. Foi possível relacionar com as questões de gênero, demonstrando quando a pessoa não se identifica com o seu sexo biológico.

Homossexualidade – O grupo apresentou dados históricos sobre o termo e o significado. A cada slide apresentado permitia uma discussão. O que é homossexualidade; após a discussão apresentaram um vídeo intitulado: se existisse ditadura gay a cura gay seria resolvida? Temas como homofobia; casamento homo afetivo e respeito. Esses temas foram introduzidos na sala de aula por meio da apresentação de slides, seguido de vídeos curtos, mostrando o contrário do que acontece. Enfim, em vez de mostrar o que acontece na sociedade contemporânea, demonstraram como seria se fosse diferente. Assim, os vídeos mostravam uma sociedade apenas de pessoas homossexuais que se aceitavam e era aceita, a heterossexualidade que era o diferente. Os vídeos utilizados refletiam as questões com jovens e disponíveis no youtube.

Os temas Identidade, sexualidade e gênero na escola; aborto; sexualidade nos deficientes foram os temas escolhidos para apresentação de forma mais ampla.

- 1- Identidade, sexualidade e gênero na escola** – Essa temática foi trabalhada por três alunos que enfatizaram por meio de slides e discussões que estão destacadas. **Quem é você?** (representaram a impressão digital do polegar em imagens azul e rosa, ressaltando que a digital é única, então não retrata o sexo que se tem ou que se reconhece); **O que é gênero** (associaram as questões de gênero ao corpo, representado por uma imagem de um boneco, relacionando no cérebro – identidade, no coração – orientação, nos órgãos genitais – o sexo biológico e a expressão presente em todo o corpo; utilizou tirinhas de Mafalda para abordar e discutir **gênero e machismo**, recorrendo às duas frases, “eu não sou machista, só mando mulher lavar louça quando quer discutir futebol” e “não se mete Fê, isso é papo de homem”). Fizeram analogia a teoria da evolução para demonstrar **a relação de superioridade entre o homem e da mulher**. Por fim proporcionaram discussões com dados e imagens marcantes relacionadas a **violência contra a mulher; violência doméstica e feminicídio** e dados alarmantes da **violência contra LGBT no Brasil**. Além de fazer relação sobre as questões de gênero presentes em filmes e desenhos animados como mostra as imagens abaixo:



BILLY ELLIOT (STEPHEN DALDRY, 2000)



Fonte: Google imagens

2- Aborto – as alunas iniciaram passando uma caixinha com papeis escrito a palavra – aborto para associar que o tema deve sair das caixinhas e deve ser discutido. Em seguida solicitaram que cada um escrevesse sua opinião sobre o tema. Apresentaram imagens com o órgão genital da mulher desenhado com flores, seguido das perguntas: **o que é o aborto? Por que mulheres abortam? E o que é o feto?** A partir dessas questões o tema foi muito bem discutido. Mostraram imagens do desenvolvimento do feto até o momento do nascimento e concomitante foi perguntando o entendimento da turma sobre **o momento exato que começa a vida?** Bem como **o que é natimorto?** Apresentaram dados de artigos, pesquisas e da Organização Mundial de Saúde (OMS) comprovando por meio de estatística que a mulher recorre ao aborto quando julga necessário e que cerca de um milhão de abortos clandestinos ocorrem no Brasil e que a cada dois dias uma mulher morre em decorrência disso e que são na sua maioria, exclusivamente negras e pobres. Informou que o dia 28 de setembro é o dia latino americano e caribenho de luta pela descriminalização do aborto. Apresentaram ainda a PEC 181 (criminaliza o aborto no Brasil) e por fim perguntaram a turma, “já que a vida para maioria de vocês começa no momento da fecundação, suponhamos que há um incêndio em um determinado hospital e temos apenas duas vidas para salvar, uma criança de oito anos de idade e uma fertilização in vitro, qual você salvaria e por quê? A discussão foi efervescente. Por fim, passaram com um balde de lixo, solicitando que cada um colocasse sua opinião (requerida no início e escrita num pedaço de papel) pois o aborto é um problema de saúde pública e sua opinião não vale nada.

3- Sexualidade no deficiente – iniciaram a discussão apresentando slides e destacando a importância em falar do tema a partir da seguinte citação:

“a expressão da sexualidade quando devidamente orientada, permitirá melhorar o desenvolvimento afetivo e favorecerá a sua capacidade de se relacionar, melhorando a sua autoestima e a adequação a sociedade”.

Destacaram a importância de trabalhar com os jovens, a imagem corporal, a intimidade e proximidade física, noções de privacidade, estabelecimento de limites de si próprio e dos outros, prevenção de DST, uso correto de métodos contraceptivos e relações interpessoais e namoro. Esses temas foram, durante a apresentação, associados às pessoas com deficiências (síndrome de down, cadeirantes, cegos, etc). Concomitante foram discutidos os temas necessários com a família, como: trabalhar o medo e a ansiedade dos pais quanto ao futuro sexual dos filhos; diminuir o preconceito e incentivar a comunicação dos pais quanto à sexualidade; auxiliar na compreensão da sexualidade como um direito a saúde sexual. Apresentaram imagens para os mitos da sexualidade dos deficientes.



Dentre os mitos, destacaram: Assexuados - Há uma ideia geral de que pessoas com deficiências são assexuadas e isso está diretamente relacionado com a crença de que essas pessoas são dependentes e infantis e, portanto, não seriam capazes de usufruir uma vida sexual adulta (FRANÇA-RIBEIRO, 2001; DENARI, 2002; KAUFMAN; SILVERBERG; ODETTE, 2003; SHAKESPEARE, 2003; GIAMI, 2004; MAIA, 2006). E os Hipersexuados - Muitas pessoas acreditam que pessoas deficientes, principalmente as de deficiência intelectual, são pervertidas e não tem controle sobre seus desejos sexuais. Além desses mitos, o grupo oportunizou a discussão de mitos que afirmam que as pessoas com deficiência são pouco atraentes e incapazes de manter um relacionamento amoroso e sexual. E que os padrões definidores de normalidade sexual impõem um sexo que envolve protagonistas de corpo perfeito, magro, esbelto, que tenham boa saúde, etc. Mas esses padrões existem para todos nós e prejudicam a todos e que fortalecem o discurso que não podem usufruir do sexo normal, com penetração seguida de orgasmo.

Finalizaram a temática e a discussão com as imagens demonstrando o abuso e a violência sexual, dados do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) de estupros a pessoas com deficiência notificados em hospitais, chegando em 2016 a 1803 casos registrados e na sua maioria, as vítimas tem transtornos ou deficiência. Por fim, sugeriram filmes que retratam a sexualidade nas pessoas com deficiência, dentre eles: as sessões; o outro lado; venha como você é; simples como amar.

Essas temáticas foram escolhidas para discussão com maior profundidade porque geralmente são temas que não chegam a escola nem a sala de aula. A relevância, pesquisa e envolvimento da turma com os referidos temas e as discussões e debates desencadeados também favoreceram para o destaque dos mesmos.

Os trabalhos aqui apresentados e relatados estão de acordo com o que sugerem a legislação educacional brasileira, corpo, matriz, questões de gênero e DST e métodos contraceptivos. Entretanto, a questão da sexualidade do deficiente e o aborto, necessitam sim sair das caixinhas e adentrar o ambiente escolar, uma vez que o processo de inclusão dos deficientes ao ensino regular iniciou há muito tempo e o aborto está na ordem do dia. Além disso, a sexualidade está presente desde o nascimento do ser humano e negar isso é negar a própria existência da vida.

Figueiró (1999) apresenta vários fatos e situações do cotidiano escolar e familiar, seguidos de reflexão sobre as implicações de diferentes formas de lidar no livro “Educação Sexual no dia a dia”.

A autora sugere que questões relacionadas a sexualidade pode e deve ser discutida, quando não planejada pela escola, ou seja, em situações vivenciadas por alunos e professores que oportuniza iniciar a discussão. E quando planejada, apresenta alguns aspectos da importância e necessidade da discussão da sexualidade no ambiente escolar. Dentre eles, destacamos: educar sexualmente é muito mais que ensinar os conteúdos de biologia e fisiologia da sexualidade; educar sexualmente é criar oportunidades para o aluno expressar seus sentimentos, angústias e dúvidas, refletir sobre suas atitudes e rever preconceitos; para educar sexualmente é preciso saber ouvir; o aluno deve ser visto como sujeito ativo no processo ensino aprendizagem e deve ter muito espaço para falar e ouvir seus colegas; o professor deve ser a pessoa que cria as condições para o aluno aprender, ao invés de ser um simples transmissor de conhecimentos (FIGUEIRÓ, 2009).

Considerações Finais

A vivência na disciplina Estudos Temáticos em Sexualidade oportunizou a docente e discentes, discussões e reflexões sobre a amplitude da temática sexualidade.

Foi possível discutir temas que estão na ordem do dia e que muitas vezes são ignorados pela escola e não adentram o ambiente escolar, como destaca Louro quando afirma que se a escola pudesse, falava com os alunos para deixar a sexualidade do lado de fora, antes de adentrar na escola.

A sexualidade não pode estar apenas representada nas carteiras escolares, nas paredes dos sanitários, ela precisa ser discutida, refletida e trabalhada nas escolas em todas as suas dimensões.

Os debates ocasionados por essa disciplina na graduação foram caloroso, respeitoso e inicialmente difícil, pois em depoimentos de alunos evangélicos e católicos, relataram que no decorrer eles foram sentindo mais há vontade para colocar suas opiniões. Importante destacar que os temas foram aceitos pelos alunos também pela diversidade de alunos e alunas homossexuais, heterossexuais e bissexuais que compõem a turma, além de religiosos e pessoas ligadas ao movimento feminista. Essa diversidade muito contribuiu para o sucesso da disciplina e fomentou a discussão.

Por fim, enfrentar os obstáculos do dia a dia e oportunizar aos jovens, futuros professores a reflexão constante da difícil tarefa de ensinar e aprender.

Referências

- ALTMANN, Helena (2001). Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575, jan. ISSN 0104-026X. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104>. Acesso em 30 de ago. de 2018.
- AMARAL, V. L (2007). *Psicologia da educação*. Natal: EDURFRN.
- BECKER, C. M (2011). *A educação sexual e a sexualidade de adolescentes na visão de educadores do Ensino Médio*. 2011. 62f. Monografia (Enfermagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação (1997). Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática (1º e 2º ciclos do ensino fundamental)*. v. 3. Brasília: MEC.
- BRASIL. Ministério da Saúde (2006). Secretária de Atenção à saúde. Departamento de Ações programáticas e Estratégicas. *Marco Teórico e referencial: saúde sexual e saúde reprodutiva de adolescentes e jovens*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.
- BRASIL. Ministério da Saúde (2010). Secretária de Atenção à saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Saúde Sexual e Saúde reprodutiva. Cadernos de Atenção Básica*, n.26. Brasília: Editora do Ministério da Saúde.

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental (1996). Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): Introdução. Brasília: MEC/SEF.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF.
- CANO, M.A.T.; FERRIANI, M. das G.C (2000). Sexualidade na adolescência: um estudo bibliográfico. *Rev. Latinoam. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 18-24, abril.
- FIGUEIRÓ, M. N. D (2006). *Educação sexual: como ensinar no espaço da escola*. Linhas, Santa Catarina, v.7, n. 1, p.1-21.
- FIGUEIRÓ, M. N. D (2009). *Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum*. Londrina: UEL.
- FOUCAULT, M. (1998). *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: GRAA.
- FOUCAULT, M. (1998). *História da sexualidade 3: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: GRAAL.
- FOUCAULT, M. (1999). *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 13 ed. Rio de Janeiro: GRAAL.
- FOUCAULT, M. (1998). *A ordem do discurso*. 4. Ed. São Paulo: Loyola.
- JARDIM, D. P.; BRETAS, J. R. S (2006). Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira – SP. Brasília: *Revista brasileira de enfermagem*. 59, n. 2, p. 157-162, abr.
- LIMA, E. B (2012). *Sexualidade e currículo escolar: um diálogo a partir da legislação. Educação e contemporaneidade*. 2012. P. 1-14. São Cristóvão SE/Brasil. Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_02/PDF/112.
- LOURO, G (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- MARANDINO, M. et al (2002). Natureza, cultura científica e educação: trabalhando cultura científica na formação inicial de professores. In: *Revista da SBEnBio – número 03*. Outubro.
- MENEZES, M. O (2014). *Sexualidade: prazer em conviver: oficinas para alunos no Ensino Fundamental*. In: Programa de Pós-Graduação Ensino Ciências e Matemática. Disponível em: <http://www.sistemas.pucminas.br/bdp/SilverStream/Pages/pg_BDPPPrincipal.html>.
- PINTO C. R. J (2009). *Feminismo, história e poder*. Curitiba, Rev. Sociol. Polít. V. 18, n. 36, p. 15-23, jun/ dez.
- RIBEIRO, P. R. M (2004). *Sexualidade e educação: Aproximação necessária*. São Paulo; Ed. *Arte e ciência*. Texto digital. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=K2gni9>>.
- TONATTO, S.; SAPIRO, C. M (2002). Os novos parâmetros curriculares das escolas brasileiras e educação sexual: uma proposta de intervenção em ciências. *Piscol. Soc., dez., vol.14*, no. 2, p.163-175.ISSN 0102-7182.

Autora

Márcia de Oliveira Menezes

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Brasil)

Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2002).

Especialização em Políticas Públicas e Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
(2005).

Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática, Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais (2014).

Linhas de Pesquisa: Formação de professores, Ensino, Conhecimento Científico e
Sexualidade.

marciamenezes14@gmail.com